

# CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM SANTA CATARINA: COMPORTAMENTO DO IDS ENTRE 1991 E 2000

Luiz Augusto F. F. Maluf<sup>1</sup>  
Lauro Mattei<sup>2</sup>  
Hoyêdo Nunes Lins<sup>3</sup>

## Resumo

O presente artigo apresenta o cálculo e análise do comportamento do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) para o Estado de Santa Catarina em nível nacional entre os anos de 1991 e 2000. Dessa maneira, o IDS calculado no nível estadual passa a contribuir para o debate sobre os reflexos das mudanças registradas na estrutura produtiva catarinense durante os anos de 1990, ao mesmo tempo em que aponta os pontos fortes e fracos das condições socioeconômicas estaduais. Calculado com base em indicadores econômicos (produto e distribuição de renda) e sociais (saúde, educação, trabalho e moradia), a análise do IDS apontou significativas melhoras nos aspectos econômicos e em diversos fatores sociais, ressaltando os aspectos positivos da reestruturação produtiva iniciada ao longo da última década. Contudo, apesar do nível de desemprego no mercado formal ter se reduzido sensivelmente em relação a 1991, percebe-se que em 2000 houve a manutenção de um significativo grau de informalidade do mercado de trabalho. Percebeu-se também a persistência de condições bastante precárias em termos de saneamento básico, sobretudo em termos do acesso da população a redes gerais de esgoto. Como uma consequência dos impactos negativos que esses fatores têm exercido sobre o IDS catarinense ao longo de todo o período

---

<sup>1</sup> Professor Substituto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail: maluf@cse.ufsc.br

<sup>2</sup> Professor dos Cursos de Graduação e Pós Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: mattei@cse.ufsc.br

<sup>3</sup> Professor dos Cursos de Graduação e Pós Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: hnllins@cse.ufsc.br

estudado, desvelam-se prioridades latentes em termos de planejamento e implementação de políticas públicas estaduais para os próximos anos.

**Palavras-chaves:** Estrutura de Produção; IDS; Santa Catarina

Classificação JEL: R30; I31; R58

## 1 INTRODUÇÃO

Os reflexos das opções de política econômica privilegiadas no Brasil durante os anos de 1990 tomaram a forma de uma ampla e intensa – embora heterogênea – reestruturação produtiva, observada principalmente nas atividades industriais. Modernização tecnológica e organizacional (com melhorias em qualidade e produtividade, aumentando a competitividade), ampliação da presença de interesses estrangeiros (afetando a estrutura patrimonial do aparelho produtivo), desaparecimento de empresas (pelo fechamento puro e simples, devido à impossibilidade de competir, e pelas fusões e aquisições, que proliferaram no período) e demissões em grandes quantidades, entre outros aspectos, marcaram o país na última década do século XX.

Santa Catarina não ficou à margem dos movimentos de reestruturação que vincaram a cena brasileira. Estado de economia marcadamente industrial,<sup>4</sup> as novas condições regulatórias introduzidas no país – sobretudo a liberalização do comércio externo, iniciada com a derrubada de alíquotas de importação, e ampliada com a política de câmbio do Plano Real – repercutiram fortemente em várias de suas atividades produtivas (CAMPOS et al., 2002). Merecem realce os ajustes protagonizados, entre outros setores, nos complexos têxtil-vestuário, eletrometalmecânico e agroindustrial (especialmente nos segmentos de suínos e aves), de grande proeminência na estrutura produtiva, em que foram combinadas medidas de cunho modernizador (em termos tecnológicos e organizacionais) e iniciativas de redução de custos (implicando diminuição de mão-de-obra). O período

---

<sup>4</sup> As Contas Regionais do Brasil de 2002 mostram que naquele ano a indústria de transformação representava nada menos que 37,56% do valor adicionado bruto em Santa Catarina, a segunda maior porcentagem entre os estados, inferior somente à do Amazonas, que alcançava 51,67%. Já a média brasileira era 25,40%, e os dados para os outros dois estados da região Sul eram 24,81% para o Paraná e 32,61% para o Rio Grande do Sul (IBGE, 2004).

também assistiu à instalação em território catarinense de diversas capacidades produtivas vinculadas a grupos internacionais, mostrando-se a Vega do Sul – laminadora de aço pertencente ao grupo francês Usinor, localizada no portuário município de São Francisco do Sul – como o caso mais divulgado dessa tendência.

Poucos discordariam de que as mudanças recentes representam um novo ingrediente no debate sobre o desenvolvimento socioeconômico em escala de Brasil e em nível de entes federados. As transformações estiveram longe de mitigar – talvez tenham até agravado – o estrutural quadro de desigualdades regionais amargadas no Brasil em termos históricos.

Em Santa Catarina tais mudanças suscitam interrogações, entre outras coisas, sobre a continuidade de estruturas herdadas da história, evocadas em alguns meios acadêmicos e políticos estaduais com o uso da expressão “modelo catarinense de desenvolvimento”. Objeto de polêmica local – em boa medida devido à entusiasma e excessiva exaltação de hipotéticas especificidades catarinenses –,<sup>5</sup> essa expressão geralmente se refere a aspectos como distribuição mais equilibrada das atividades industriais no território estadual, presença mais forte de empresas de micro, pequeno e médio porte em diferentes setores, estrutura fundiária em que as propriedades rurais de menor tamanho têm considerável representatividade e estrutura urbana na qual os centros mais populosos não ultrapassam a escala média de tamanho de cidade. Como corolário, os defensores de um pretense “modelo catarinense de desenvolvimento” costumam brandir indicadores sociais que estariam a conferir razão à idéia de Santa Catarina como caso privilegiado no panorama nacional.

De alguma forma, esse debate constitui pano de fundo para o presente artigo, cujos objetivos são, todavia, bem delimitados. Sem compartilhar, nem remotamente, a idéia de que Santa Catarina é uma exceção no Brasil e de que existe um “modelo catarinense de desenvolvimento”, procura-se observar aspectos do desenvolvimento socioeconômico estadual ao longo dos anos de 1990 com base no comportamento do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS). O propósito é que tal exercício possa significar uma contribuição às discussões sobre as conseqüências socioeconômicas das mudanças registradas pela estrutura produtiva catarinense durante a década passada.

O conceito de desenvolvimento socioeconômico está relacionado ao nível de crescimento econômico, somado às características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população.

---

<sup>5</sup> Essa idéia perpassa vários estudos sobre Santa Catarina. Uma ilustração é Hering (1987).

Tal conceito é parte de um entendimento mais amplo de desenvolvimento, o de desenvolvimento humano, propugnado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen e utilizado em nível mundial nos relatórios das Nações Unidas desde 1990 (PNUD, 1995a). A idéia é que, quando as dimensões culturais e políticas das áreas estudadas (regiões, países etc.) também são consideradas, a análise deveria considerar o conceito de desenvolvimento humano proposto por esses economistas. Mais do que isso, o patamar atual da discussão realça a importância crucial da agregação da dimensão ambiental nos estudos de desenvolvimento, com ênfase no problema da sustentabilidade do sistema-mundo, conforme destacado pela literatura (MONTIBELLER, 1999; 2001).

É com base no conceito de desenvolvimento socioeconômico que se pode calcular o IDS. Trata-se de um índice que mede a posição em que se encontra o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região, em uma escala cujo piso é o nível de desenvolvimento econômico e social da região menos desenvolvida e o teto o nível de desenvolvimento econômico e social da região mais desenvolvida, com valores que variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais perto estará a região estudada do nível de desenvolvimento da região mais desenvolvida, sendo a recíproca verdadeira: quanto mais próximo de 0, mais perto estará a região estudada do nível de desenvolvimento da região menos desenvolvida.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolveu uma metodologia própria para o cálculo de índices de desenvolvimento (PNUD, 2005 b; 2005 c), podendo-se encontrar, inclusive, o IDH-M, que se relaciona ao desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. Esses índices apresentam um tratamento matemático para alguns indicadores que se mostram um pouco mais refinados do que o apresentado neste artigo. Por outro lado, alguns indicadores específicos relevantes não são considerados nos índices do PNUD, o que, de certa forma, pode obscurecer a situação de alguns aspectos vinculados ao bem-estar, os quais, postula-se aqui, têm importância fundamental. Desta forma, parece se justificar o cálculo de um novo IDS para o Estado de Santa Catarina, com base em indicadores econômicos e sociais selecionados.

No presente trabalho, o Estado de Santa Catarina é considerado no interior de um universo constituído pelo total dos estados brasileiros, buscando-se parametrizar o estado em relação ao contexto nacional em termos socioeconômicos, entre os anos de 1991 e 2000. Com esse escopo, além desta seção introdutória, o texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 discute os procedimentos

metodológicos; a seção 3 apresenta a elaboração e a análise dos subíndices que compõem o IDS para os anos de 1991 e 2000, seguindo-se o cálculo e a análise do mesmo; e a seção 4 contém as considerações finais do trabalho.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O retrato do nível de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina na década de 1990, esboçado com base em uma metodologia de cálculo do IDS proposta pelo PNUD e discutida por Montibeller (1999), implica o uso de indicadores socioeconômicos relativos aos anos de 1991<sup>6</sup> e 2000.<sup>7</sup>

O cálculo do IDS requer a utilização ponderada de indicadores estatísticos das categorias econômicas e sociais, conforme mostrado nas equações 1, 2, 3 e 4.

$$IDS = \frac{\sum_{i=1}^n ID_i}{n}$$

(Eq. 1), em que

$$ID_i = \frac{\sum_{j=1}^n ID_j^{CAT}}{n}$$

(Eq. 2), e

$$ID_j^{CAT} = \frac{\sum_{k=1}^n ID_k^I}{n}$$

(Eq. 3), em que

$$ID_k^I = \frac{I_k^E - I_k^P}{I_k^M - I_k^P}$$

(Eq.4)

---

<sup>6</sup> Disponíveis no Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1991; 2005), PNUD (2005 c) e RAIS (1991).

<sup>7</sup> Disponíveis no Censo Demográfico, 2000 (IBGE, 2001; 2005) e no PNUD (2005 c). Já os indicadores relativos ao nível de desemprego, não disponíveis no Censo Demográfico de 2000, foram obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2000) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002 (IBGE, 2003).

A equação 1 diz que o IDS corresponde à média aritmética simples dos  $n$  índices de desenvolvimento ( $ID_i$ ) estudados. Esses índices se referem aos níveis de desenvolvimento econômico e social, respectivamente. A equação 2, por sua vez, mostra que os índices de desenvolvimento ( $ID_i$ ) são divididos em categorias ( $ID_j^{CAT}$ ), correspondendo cada  $i$ -ésimo  $ID$  à média aritmética simples dos  $n ID_j^{CAT}$ . Para a montagem do índice de desenvolvimento econômico foram utilizadas duas categorias: nível da atividade econômica, medida pela renda *per capita*, e distribuição de renda, medida pelo índice de Gini,<sup>8</sup> enquanto que para a montagem do índice de desenvolvimento social foram utilizadas as suas quatro categorias, a saber, saúde, educação, trabalho e moradia. A equação 3 mostra que cada  $j$ -ésimo  $ID$  por categoria ( $ID_j^{CAT}$ ) é obtido através da média aritmética simples dos  $n$  índices dos indicadores ( $ID_k^I$ ) utilizados na categoria respectiva. Por sua vez, a equação 4 mostra que cada  $k$ -ésimo índice do indicador é obtido através do  $k$ -ésimo indicador da região estudada ( $I_k^E$ ), do  $k$ -ésimo indicador da região que apresenta o melhor indicador ( $I_k^M$ ) e do  $k$ -ésimo indicador da região que apresenta o pior indicador ( $I_k^P$ ).

### 3 CÁLCULO DO IDS DE SANTA CATARINA: 1991-2000

Aplicando a metodologia apresentada acima, calculam-se, nas seções 3.1, 3.2 e 3.3, respectivamente, os índices de desenvolvimento econômico ( $ID_1$ ), de desenvolvimento social ( $ID_2$ ) e socioeconômico (IDS) para o Estado de Santa Catarina.

#### 3.1 Desenvolvimento econômico - $ID_1$

As Tabelas 1 e 2 apresentam os indicadores de desenvolvimento econômico de Santa Catarina ( $I_k^E$ ), da região com melhor indicador ( $I_k^M$ ) e da região com pior indicador ( $I_k^P$ ), relacionando-os com o seu estado de origem, para

---

<sup>8</sup> O índice de Gini é uma medida utilizada para medir o grau de concentração da renda. Índices de Gini mais próximos de 1 indicam rendas mais concentradas. Índices mais próximos de 0 apontam rendas distribuídas de forma mais equitativa.

os anos de 1991 e 2000, respectivamente. Apresentam também os índices de desenvolvimento dos indicadores ( $ID_k^I$ ) e o cálculo do índice de desenvolvimento econômico para Santa Catarina, através da agregação das categorias *nível da atividade econômica* e *distribuição de renda* em uma única categoria,<sup>9</sup> conforme a igualdade descrita pela equação que segue.

$$(ID_1^{CAT} = ID_1) \quad (\text{equação 5})$$

Tabela 1: Índices para o cálculo do  $ID_1$  para o ano de 1991 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Renda <i>per capita</i> (com DF)	232,26	472,24	DF	80,42	MA	0,388
Renda <i>per capita</i> (sem DF)	232,26	382,93	SP	80,42	MA	0,502
Índice de Gini	0,57	0,57	SC	0,66	PE	1,000

Fonte: Elaboração dos autores.

(1) Com o valor calculado para os dois  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_1^{CAT}$  (com DF) = 0,69 e  $ID_1^{CAT}$  (sem DF) = 0,75.

(2) Dados obtidos do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 2005).

Através da Tabela 1 tem-se que, em 1991, o índice de desenvolvimento econômico -  $ID_1$  (com DF) de Santa Catarina, parametrizado por todos os demais estados brasileiros, foi igual a 0,69, o que, num primeiro momento, poderia traduzir uma situação não mais do que regular em termos econômicos. O que mais afasta o Estado de situações boas ou ótimas neste aspecto é o nível de renda *per capita*, ficando Santa Catarina praticamente equidistante entre os estados com o melhor e o pior indicador, Distrito Federal e Maranhão, respectivamente. Em termos de distribuição de renda, observou-se em Santa Catarina o melhor índice de Gini, enquanto que no Estado do Ceará observou-se o pior indicador. No entan-

<sup>9</sup> Considerando que foi utilizado somente um indicador para cada uma das categorias, a característica desejada de mesma ponderação para as diferentes categorias dentro do índice não foi alterada.

to, tomando-se por hipótese que tal distância é devida, em grande parte, ao viés ocasionado pela disparidade de renda entre os integrantes do aparato estatal e os agentes produtivos no país,<sup>10</sup> o  $ID_1$  foi recalculado sem incluir o Distrito Federal, de forma a reduzir aquele possível viés, o que levou a um  $ID_1$  (sem DF) = 0,75. Percebe-se, assim, que a hipótese do viés da renda assinalado é consistente, uma vez que, desconsiderando-se o Distrito Federal, Santa Catarina apresentava um bom nível de desenvolvimento econômico no ano de 1991 relativamente aos demais estados brasileiros. Nesse ano, São Paulo observava a maior renda *per capita* do país após o Distrito Federal.

Tabela 2: Índices para o cálculo do  $ID_1$  para o ano de 2000 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Renda <i>per capita</i> (com DF)	348,72	605,41	DF	110,37	MA	0,481
Renda <i>per capita</i> (sem DF)	348,72	442,67	SP	110,37	MA	0,717
Índice de Gini	0,55	0,55	SC	0,63	CE	1,000

Fonte: Elaboração dos autores.

(1) Com o valor calculado para os dois  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_1^{CAT}$  (com DF) = 0,74 e  $ID_1^{CAT}$  (sem DF) = 0,85.

(2) Dados obtidos do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 2005).

Através da Tabela 2 tem-se que, em 2000, o índice de desenvolvimento econômico –  $ID_1$  (com DF) – de Santa Catarina foi igual a 0,74, o que se traduz em uma boa condição em termos de desenvolvimento econômico relativamente aos demais estados do país. Já o  $ID_1$  (sem DF) torna-se igual a 0,85, traduzindo uma condição econômica de destaque em escala nacional. Desse modo, os acréscimos observados entre 1991 e 2000 nos dois índices ( $ID_1$  com e sem DF), fornecem elementos para que a reestruturação produtiva ocorrida em San-

<sup>10</sup> Esse diferencial de renda é tratado daqui por diante como viés da renda.



ta Catarina ao longo da década de 1990 pode ter sido mais eficaz do que as reestruturações ocorridas na média dos estados brasileiros.<sup>11</sup>

### 3.2 Desenvolvimento social – $ID_2$

Neste item é calculado e analisado o índice de desenvolvimento social de Santa Catarina,  $ID_2$ , através dos índices relativos aos quesitos saúde, educação, trabalho e moradia,  $ID_j^{CAT}$ .

As Tabelas 3 e 4 apresentam os dados dos anos de 1991 e 2000 relativos aos indicadores de saúde de Santa Catarina ( $I_k^E$ ), comparados ao estado com o melhor indicador ( $I_k^M$ ) e com o pior indicador ( $I_k^P$ ), ambos relacionados com seu estados de origem nas colunas “origem”. Nessas tabelas também são apresentados os índices de desenvolvimento dos indicadores de saúde ( $ID_k^I$ ), de modo que depois são calculados os índices de desenvolvimento para a categoria saúde ( $ID_1^{CAT}$ ). Nas Tabelas 5 e 6 são apresentadas as mesmas informações para a categoria educação, enquanto que nas Tabelas 7 e 8 para a categoria trabalho, e nas Tabelas 9 e 10 para a categoria moradia.

Excetuando-se a categoria saúde, observa-se que em todas as demais categorias consideradas, tanto para o ano de 1991 como para 2000, em pelo menos um indicador o Distrito Federal situava-se em melhor posição entre os demais estados brasileiros. Diante disso, pressupondo-se uma correlação direta entre o *viés da renda* mencionado acima e a condição de seus indicadores sociais, os índices de desenvolvimento das categorias educação, trabalho e moradia, para os anos de 1991 e 2000, foram calculados com e sem a presença do Distrito Federal.

#### a) Saúde

Para o cálculo dos índices de desenvolvimento de saúde ( $ID_1^{CAT}$ ), tanto para 1991 como para 2000, foram utilizados os indicadores relacionados nas Tabelas 3 e 4.

---

<sup>11</sup> Contudo, dados divulgados recentemente pelo IBGE sobre os PIBs municipais, referentes ao período 1999-2002, reforçam a tese de que o país continua ostentando uma enorme concentração econômica, em termos espaciais (IBGE, 2005). Ainda que os PIB de áreas como Manaus e Brasília sobressaíam entre os que mais cresceram, os grandes destaques municipais localizam-se na região Sudeste.

Tabela 3: Índices para o cálculo do  $ID_1^{CAT}$  – categoria de saúde para o ano de 1991 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Expectativa de vida ao nascer	70,15	70,15	SC	58,03	MA	1,000
Mortalidade até um ano de idade (%)	24,83	22,52	RS	74,49	AL	0,956
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos (%)	92,81	92,81	SC	80,49	MA	1,000
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos (%)	81,14	81,14	SC	59,97	MA	1,000

Fonte: Elaboração dos autores

(1) Com o valor calculado para os quatro  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_1^{CAT} = 0,98$ .

(2) Os indicadores utilizados nesta tabela foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005 c).

A Tabela 3 mostra que Santa Catarina se situou, em 1991, na primeira posição em todos os indicadores considerados, exceto no da *taxa de mortalidade até um ano de idade*, conseqüentemente apresentando um índice de desenvolvimento da saúde ( $ID_1^{CAT}$ ) em 1991 igual a 0,98. Nesse sentido, pode-se considerar excelentes condições de saúde no estado, comparativamente aos demais estados brasileiros. Por outro lado, o Estado de Alagoas apresentou o pior índice<sup>12</sup> *taxa de mortalidade até um ano de idade*, enquanto o Estado do Maranhão apresentou os piores índices para os demais quesitos de saúde utilizados.

<sup>12</sup> Apesar de não ter sido apresentado na tabela, note-se que, pela equação 4, o estado com o pior indicador deverá sempre apresentar o índice desse indicador igual a zero. Da mesma forma, o estado com o melhor indicador apresentará sempre o índice do indicador igual a 1.

Tabela 4: Índices para o cálculo do  $ID_1^{CAT}$  – categoria de saúde para o ano de 2000 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Expectativa de vida ao nascer	73,68	73,68	SC	61,73	MA	1,000
Mortalidade até um ano de idade (%)	16,78	16,78	SC	48,95	AL	1,000
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos (%)	94,92	94,92	SC	82,78	MA	1,000
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos (%)	86,72	86,72	SC	65,91	MA	1,000

Fonte: Elaboração dos autores

(1) Com o valor calculado para os quatro  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_1^{CAT} = 1,00$ .

(2) Os indicadores utilizados nesta tabela foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005 c).

Tem-se através da Tabela 4, que no ano de 2000, Santa Catarina apresentou os melhores índices para todos os quesitos considerados, o que lhe confere um índice de desenvolvimento da saúde ( $ID_1^{CAT}$ ) igual a 1. Já os Estados do Maranhão e de Alagoas, ao contrário, mantiveram as mesmas características apresentadas em 1991.

## b) Educação

A elaboração dos índices de desenvolvimento da categoria educação ( $ID_2^{CAT}$ ), para os anos de 1991 e de 2000, contou com dois quesitos: *taxa de analfabetismo (maiores de 15 anos)* e *taxa bruta de freqüência ao ensino superior*.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Obtido mediante a divisão do total de pessoas matriculadas em ensino superior pela população na faixa etária de 7 a 22 anos idade (PNUD, 2005 c).

Tabela 5: Índices para o cálculo do  $ID_2^{CAT}$  – categoria educação para o ano de 1991(1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Taxa de analfabetismo (maiores de 15 anos)	9,91	9,72	RJ	45,32	AL	0,995
Taxa bruta de Frequência ao ensino superior (com DF)	10,72	18,64	DF	2,24	AP	0,517
Taxa bruta de frequência ao ensino superior (sem DF)	10,72	17,25	RJ	2,24	AP	0,565

Fonte: Elaboração dos autores.

(1) Com o valor calculado para os dois  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_2^{CAT}$  (com DF) = 0,75 e  $ID_2^{CAT}$  (sem DF) = 0,78.

(2) Os indicadores utilizados nesta tabela foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005 c).

Através da Tabela 5 tem-se que, em 1991, Santa Catarina observou uma das menores taxas de analfabetismo do país, com esse respectivo índice igual a 0,995. Por outro lado, com relação ao indicador *taxa bruta de frequência ao ensino superior*, o estado apresentava uma situação preocupante, já que o  $ID_2^I$  não passava de 0,56, mesmo com a exclusão do Distrito Federal. De todo modo, Santa Catarina apresentava em 1991 um bom nível de educação, haja vista que seu  $ID_2^{CAT}$  foi igual a 0,75 (com Distrito Federal), e 0,78 (sem Distrito Federal).

No ano de 2000 (Tabela 6), Santa Catarina apresenta o melhor índice referente à *taxa de analfabetismo*, além de uma melhora significativa no índice relativo à *taxa bruta de frequência ao ensino superior*, situado em 0,771 com a inclusão do Distrito Federal. A exclusão da capital do país faz o índice passar para 0,897, representando um importante avanço no período considerado. Neste quesito, especificamente, o Rio Grande do Sul ostenta o melhor desempenho.

Com isso, nota-se que Santa Catarina apresentou uma sensível melhora no índice de desenvolvimento da educação ( $ID_2^{CAT}$ ) em 2000, que foi igual a 0,88 (com DF) e 0,94 (sem DF). Tal melhora deveu-se em grande parte à expansão do sistema de educação de nível superior em Santa Catarina duran-

te os anos de 1990. Essa expansão incluiu tanto a transformação de fundações universitárias do interior do estado em universidades regionais, com a conseqüente multiplicação dos cursos, como também (talvez principalmente) o crescimento do número de unidades de instituições de ensino superior. Mais ainda, a reestruturação produtiva dos anos de 1990 traduziu-se também na criação de cursos de formação superior com orientação definida, no intuito de atender às demandas por recursos humanos com melhor qualificação técnico-profissional em setores-chaves da indústria catarinense, como o cerâmico, concentrado no Sul do estado, o têxtil-vestuário, instalado principalmente no Vale do Itajaí, e o moveleiro, presente sobretudo na região Norte do estado.<sup>14</sup> Tudo isso não deixou de guardar relação, certamente, com a vinda de quadros com boa formação universitária desde centros como Rio de Janeiro e São Paulo, e com o desempenho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na formação de competências em ensino, pesquisa e extensão.

Tabela 6: Índices para o cálculo do  $ID_2^{CAT}$  – categoria educação para o ano de 2000 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Taxa de analfabetismo (maiores de 15 anos)	6,32	6,32	SC	30,51	PI	1,000
Taxa bruta de freqüência ao ensino superior (com DF)	26,29	33,43	DF	2,29	MA	0,771
Taxa bruta de freqüência ao ensino superior (sem DF)	26,29	29,04	RS	2,29	MA	0,897

Fonte: Elaboração dos autores

(1) Com o valor dos dois  $ID_k^I$ ,  $ID_2^{CAT}$  (com DF) = 0,88 e  $ID_2^{CAT}$  (sem DF) = 0,94

(2) Os indicadores utilizados nesta tabela foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005 c)

<sup>14</sup> Soma-se a isso o exemplo do Serviço Nacional do Comércio (SENAC) com seus cursos tecnólogos, que, sediados em cidades como Tubarão e Itajaí, pela ordem, passaram a marcar igualmente presença em outras regiões do estado, como a Grande Florianópolis.

### c) Trabalho

Na montagem dos índices de desenvolvimento da categoria trabalho ( $ID_3^{CAT}$ ), para os anos de 1991 e 2000, foram utilizados os quesitos *taxa de desocupação de pessoas de dez anos ou mais* e *taxa de desocupação no mercado formal*.

Tabela 7: Índices para o cálculo do  $ID_3^{CAT}$  – categoria trabalho para o ano de 1991 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Taxa de desocupação total	4,01	3,42	RS	10,78	AM	0,920
Taxa de desocupação no mercado formal (com DF)	57,67	18,39	DF	85,06	MA	0,411
Taxa de desocupação no mercado formal (sem DF)	57,67	45,17	SP	85,06	MA	0,694

Fonte: Elaboração dos autores.

(1) Com o valor calculado para os dois  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_3^{CAT}$  (com DF) = 0,665 e  $ID_3^{CAT}$  (sem DF) = 0,803.

(2) O quesito *taxa de desocupação total ou mais*, para o ano de 1991, foi obtido pela diferença entre a PEA de dez anos ou mais, disponível na publicação virtual do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 2005), e o número total de pessoas maiores de dez anos com ocupação remunerada, disponível na publicação impressa do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1991). O indicador *taxa de desocupação no mercado formal* para o ano de 1991 foi obtido pela diferença entre a PEA de dez anos ou mais e o número total de pessoas ocupadas no mercado formal de trabalho, obtido através dos dados da RAIS (1991).

A Tabela 7 mostra que Santa Catarina apresentava em 1991 uma taxa de desemprego compatível com o índice nacional. No tocante ao quesito *taxa de desocupação no mercado formal*, o estado apresentava uma situação medíocre, pois seu índice  $ID_2^I$  era igual a 0,41 com a inclusão do Distrito Federal e 0,69 com a exclusão deste. São Paulo era o estado com o melhor índice. Dessa forma, Santa Catarina encontrava-se em 1991 em um nível regular de desenvolvimento do trabalho, haja vista que o  $ID_3^{CAT}$  (com DF) foi igual a 0,65. Já o  $ID_3^{CAT}$  (sem DF) passa a um bom patamar, sendo igual a 0,807.

Pela Tabela 8, percebe-se que Santa Catarina apresentou o melhor índice relativo à *taxa de desocupação total*, ao mesmo tempo em que teve uma melhora significativa do índice relacionado com a *taxa de desocupação no mercado formal*, que passou de 0,41 para 0,46, quando incluído o Distrito Federal. Se este for excluído, a evolução é ainda mais significativa, passando de 0,694 para 0,92, embora o Estado de São Paulo permaneça com o melhor desempenho no correspondente quesito.

Desta forma, observa-se no ano de 2000 em Santa Catarina uma sensível melhora no índice de desenvolvimento de trabalho, que passa de 0,66 a 0,73 (com DF) e de 0,807 para 0,96 (sem DF).

Mesmo que a informalidade do mercado de trabalho ainda permaneça elevada, os dados mostram melhorias nas condições de trabalho no estado no decorrer da última década. Assinale-se que isso ocorreu de modo concomitante à melhoria nas condições de educação no estado, autorizando a conjectura de que a mão-de-obra catarinense elevou a sua qualificação para atender às novas demandas do mercado impostas pela reestruturação produtiva.

Tabela 8: Índices para o cálculo do  $ID_3^{CAT}$  – categoria trabalho para o ano de 2000 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Taxa de desocupação total	4,50	4,50	SC	20,40	AP	1,000
Taxa de desocupação no mercado formal (com DF)	51,50	12,97	DF	85,37	MA	0,468
Taxa de desocupação no mercado formal (sem DF)	51,50	48,75	SP	85,37	MA	0,925

Fonte: Elaboração dos autores

(1) Com o valor calculado para os dois  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_3^{CAT}$  (com DF) = 0,73 e  $ID_3^{CAT}$  (sem DF) = 0,96.

(2) Como uma aproximação para o ano de 2000, o indicador *taxa de desocupação pessoas de 10 anos ou mais* foi obtido da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002 (IBGE, 2003), uma vez que o Censo Demográfico de 2000, nas publicações impressa e virtual (IBGE, 2001, 2005), não apresenta informações da população ocupada de dez anos desagregadas em nível estadual. Já o quesito *taxa de desocupação no mercado formal*, para o ano de 2000, foi obtido da mesma maneira que a apresentada na Tabela 7.

#### d) Moradia

Para a elaboração do índice de desenvolvimento da categoria moradia ( $ID_4^{CAT}$ ), no ano de 1991, os indicadores utilizados são apresentados na Tabela 9. Para o ano 2000 foram utilizados os mesmos indicadores que em 1991, exceto o *percentual de domicílios ligados à rede geral de esgoto*, que foi substituído por *ligações de esgoto per capita* (ver justificativa na nota 26).

Um esclarecimento se faz necessário neste momento. A utilização de quesitos distintos para a mensuração das condições de esgoto afeta a comparabilidade do indicador entre 1991 e 2000, mas a homogeneização desses quesitos, pela agregação entre o *número de domicílios ligados à rede geral* e o *número de domicílios com fossa séptica* – efetuada no Censo de 2000 (IBGE, 2005) – não permite conclusões suficientemente claras sobre as condições sanitárias. O motivo é que, enquanto a rede geral de esgoto tem uma eficácia sanitária reconhecida, os sistemas de fossas sépticas podem representar a contaminação do solo e do lençol freático, comprometendo o abastecimento de água e facilitando a proliferação de doenças infectocontagiosas. Esta é a razão pela qual se preferiu o segundo quesito.

A Tabela 9 mostra que Santa Catarina apresentou, em 1991, condições boas em todos os quesitos considerados. O quesito *percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada* teve índice igual a 0,82, ressaltando-se que São Paulo teve o melhor desempenho e o Maranhão apresentou as piores condições. Já o indicador *percentual de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo* apresentou um índice de 0,794, tendo o melhor desempenho ficado com o Distrito Federal e o pior com o Maranhão. Entretanto, quando não se inclui o Distrito Federal, o índice de Santa Catarina neste quesito passa para 0,82, ao mesmo tempo em que São Paulo apresenta o melhor desempenho. Por sua vez, o quesito *percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica* apresentou um índice de 0,91, sobressaindo São Paulo e Tocantins nos extremos opostos. O quesito *percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais* apresentou índice igual a 0,956, com o Distrito Federal ostentando o melhor desempenho e Amazonas, o pior. Quando se exclui o Distrito Federal, o índice deste quesito em Santa Catarina passa para 0,973, porém com Rondônia estampando o melhor resultado. O quesito *percentual de pessoas sem-teto* permitiu observar um índice de 0,959, reservando-se ao Piauí o melhor resultado e a Roraima o pior.



O quesito relativo ao número de domicílios ligados à rede geral de esgoto diferiu dos demais, uma vez que no ano de 1991 o seu índice foi de 0,059, refletindo o fato de que apenas 4,27% dos domicílios catarinenses tinham acesso a esse serviço. Neste item, nota-se que São Paulo apresentou o melhor desempenho, com 72,09% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto, enquanto o pior foi constatado em Tocantins, por ser um estado criado recentemente e ainda carente dessa infra-estrutura de saneamento básico em 1991.

Em síntese, nota-se que, quando considerado o desempenho dos seis quesitos, incluindo-se o Distrito Federal, o índice de desenvolvimento de moradia de Santa Catarina se situa em 0,750. Ao se excluir o Distrito Federal, o índice sofre um pequeno acréscimo, passando a 0,757, que pode ser considerado como indicativo de uma boa condição de moradia em nível de país.

Tabela 9: Índices para o cálculo do  $ID_4^{CAT}$  – categoria moradia para o ano de 1991 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	79,95	92,93	SP	19,03	MA	0,824
% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo (com DF)	83,54	98,35	DF	26,32	MA	0,794
% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo (sem DF)	83,54	95,77	SP	27,32	MA	0,821
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	94,75	99,05	SP	51,44	TO	0,910
% de pessoas que vivem em domicílios subnormais (com DF)	1,13	0,43	DF	16,26	AM	0,956
% de pessoas que vivem em domicílios subnormais (sem DF)	1,13	0,69	RO	16,26	AM	0,972
% de pessoas sem-teto (3)	0,83	0,33	PI	12,40	RR	0,959
% de domicílios ligados à rede geral de esgoto	4,27	72,09	SP	0,00	TO	0,059

Fonte: Elaboração dos autores

(1) Com o valor calculado para os seis  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_4^{CAT}$  (com DF) = 0,750,  $ID_4^{CAT}$  (sem DF) = 0,757,  $ID_4^{CAT}$  homogêneo (com DF) = 0,889 e  $ID_4^{CAT}$  homogêneo (sem DF) = 0,897.

(2) Obtidos da PNUD (2005c), com exceção do indicador % de domicílios ligados à rede geral de esgoto. Este indicador foi obtido através de dados relativos ao número total de domicílios permanentes e ao número de domicílios ligados à rede geral de esgoto, disponíveis no Censo Demográfico de 1991, versão impressa (IBGE, 1991). Na publicação virtual

do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1991, disponibilizada pelo IBGE (2005), não é apresentado o número de domicílios ligados à rede geral de esgoto de forma isolada. Nessa publicação, esse número somente aparece agregado ao número de domicílios com fossa séptica, o que prejudica a presente análise no que toca ao saneamento básico.

(3) Estimativa da população sem-teto, calculada através da diferença entre a população total e a população residente em domicílios particulares permanentes. Dados obtidos do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 2005).

Além disso, também foram calculados índices homogêneos, desconsiderando-se o quesito *ligações de esgoto per capita*, um procedimento que possibilita comparar o índice de 1991 com o de 2000. Neste procedimento, tal índice mostra-se igual a 0,889 quando se inclui o Distrito Federal e alcança 0,897 quando se exclui a capital do país.

Embora as condições de moradia no Estado de Santa Catarina, no ano de 1991, possam ser consideradas boas, percebe-se que a deficiência estrutural no tocante ao saneamento básico – em termos da presença e do acesso à rede de esgoto – é um fator que pesa negativamente naquela avaliação, fazendo com que o estado não se situe no grupo com os melhores desempenhos em todos os quesitos.

A Tabela 10 mostra que a maioria dos indicadores apresenta uma melhor situação no ano de 2000, comparativamente a 1991. O índice referente ao *percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada* passou de 0,82 para 0,93, com São Paulo apresentando o melhor desempenho e o Maranhão, o pior. O índice correspondente ao *percentual de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo* passou de 0,794 para 0,96, também com São Paulo e Maranhão nos dois extremos. Já o índice relativo ao *percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica* passou de 0,91 para 0,956, com o melhor e o pior desempenho dizendo respeito ao Distrito Federal e ao Piauí, respectivamente. Neste quesito, ao se excluir o Distrito Federal, o índice de Santa Catarina passa de 0,91 para 0,955, com São Paulo na melhor posição. Finalmente, o índice do quesito *percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais* passou de 0,956 para 0,973, quando incluído o Distrito Federal. A exclusão deste faz o índice situar-se em 0,996, com Rondônia exibindo a melhor condição e o Rio de Janeiro, a pior.

Tabela 10: Índices para o cálculo do  $ID_4^{CAT}$  – categoria moradia para o ano de 2000 (1)

Indicador (2)	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	91,73	96,60	SP	26,87	MA	0,930
% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo	96,87	98,28	SP	53,25	MA	0,969
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica (com DF)	98,58	99,67	DF	74,67	PI	0,956
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica (sem DF)	98,58	99,65	SP	75,67	PI	0,957
% de pessoas que vivem em domicílios subnormais	0,04	0,00	RO (3)	9,66	RJ	0,996
% de pessoas sem-teto (4)	0,56	0,32	PI	2,49	MT	0,889
Ligações de esgoto <i>per capita</i>	0,027	0,180	SP	0,003	AM	0,136

Fonte: Elaboração dos autores

(1) Com o calculado para os seis  $ID_k^I$ , tem-se  $ID_4^{CAT}$  (com DF) = 0,813,  $ID_4^{CAT}$  (sem DF) = 0,813,  $ID_4^{CAT}$  homogêneo (com DF) = 0,948 e  $ID_4^{CAT}$  homogêneo (sem DF) = 0,948.

(2) Os indicadores utilizados nesta tabela foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005 c). Os indicadores utilizados nesta tabela foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005 c), com exceção do indicador *ligações de esgoto per capita*. Este indicador foi obtido através de dados relativos ao número total de ligações de esgoto e o total da população. O primeiro disponível na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e o segundo no Censo Demográfico, ambos de 2000 (IBGE, 2005). Nas publicações impressas do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2001), não é mais apresentado o número de domicílios ligados à rede geral de esgoto, como foi o caso para o ano de 1991. Também para o ano de 2000, esse dado é apresentado nas publicações virtuais (IBGE, 2005) somente agregado ao número de domicílios com fossa séptica

(3) Também o Acre apresentou esse indicador igual a zero

(4) Estimativa da população sem-teto (vide nota 2 Tabela 8), com dados obtidos do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2005).

A trajetória de melhorias entre os anos de 1991 e 2000 não se concretizou apenas no quesito *percentual de pessoas sem-teto*, cujo índice decresceu de 0,959 para 0,889. Além deste, o índice relativo às *ligações de esgoto per capita*, apesar de não permitir uma comparação direta com o seu correspondente para o ano de 1991 (*número de domicílios ligados à rede geral de esgoto*), apresentou um valor de apenas 0,136 em 2000, sugerindo a dimensão da precariedade nas condições de saneamento básico amargadas em Santa Catarina. Avaliando-se o quadro nacional dessa mesma forma, obser-

va-se que São Paulo tem o melhor desempenho neste quesito, passando o Estado do Amazonas a apresentar o pior.

Considerados todos os quesitos da categoria moradia, e incluindo-se o Distrito Federal, percebe-se que Santa Catarina apresentou em 2000 uma melhoria significativa do associado índice de desenvolvimento, pois o mesmo passou de 0,750 em 1991 para 0,813 em 2000. Entretanto, a não consideração do Distrito Federal faz esse índice passar de 0,757 para 0,813.<sup>15</sup>

Em termos do índice de moradia homogêneo, que não considera o indicador *ligações de esgoto per capita*, nota-se que progressão de 0,889 para 0,948 quando se considera o Distrito Federal e de 0,897 para 0,948 quando isso não acontece. Isto significa que, no ano de 2000, o viés da renda praticamente não teve efeitos sobre as condições de moradia em Santa Catarina, e que a deficiência estrutural encontrada no saneamento básico continua sendo o único fator que impede a referida categoria de ter uma avaliação excelente no estado.

Portanto, os índices de desenvolvimento para as categorias saúde, educação, trabalho e moradia, para 1991 e 2000, foram calculados com as seguintes variações: 1) Inclusão do Distrito Federal e dos indicadores relativos à presença de rede geral de esgoto:  $ID_i^{CAT}$  (com DF); 2) exclusão do Distrito Federal e inclusão dos indicadores relativos à presença de rede geral de esgoto:  $ID_i^{CAT}$  (sem DF); 3) inclusão do Distrito Federal e não inclusão os indicadores relativos à presença de rede geral de esgoto:  $ID_i^{CAT}$  homogêneo (com DF); 4) exclusão do Distrito Federal e não inclusão dos indicadores relativos à presença de rede geral de esgoto:  $ID_i^{CAT}$  homogêneo (sem DF).

Utilizando a equação 2, obtiveram-se os seguintes índices de desenvolvimento social:  $ID_2$  (com DF);  $ID_2$  (sem DF);  $ID_2$  homogêneo (com DF);  $ID_2$  homogêneo (sem DF). A Tabela 11 apresenta os valores calculados para cada um desses índices nos anos de 1991 e 2000, bem como a variação ocorrida entre os mesmos no período. No ano de 1991, o índice de desenvolvimento social de Santa Catarina apresentou um bom desempenho em termos comparativos, considerando-se que o mesmo não se situou abaixo de 0,79 nas quatro formas em que foi calculado. Observa-se também que tanto o viés da renda

<sup>15</sup> O diferencial apresentado pelo Distrito Federal, em termos do indicador *percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica*, não foi suficiente para gerar impacto sobre o índice de moradia em Santa Catarina.

como as deficiências na área de saneamento básico afetaram significativamente os índices que refletiam as condições sociais do estado, quando confrontadas com os indicadores referentes a outras realidades estaduais.<sup>16</sup>

Cabe salientar que o efeito isolado dos indicadores sociais do Distrito Federal é considerável, pois o  $ID_2$  que considera a capital do país e inclui o indicador referente ao acesso à rede geral de esgoto passa de 0,79 para 0,83 quando se exclui a primeira. Do mesmo modo, o efeito isolado do fator saneamento básico também é bastante significativo, já que o  $ID_2$ , que não inclui o Distrito Federal mas considera o número de domicílios com acesso à rede geral passa de 0,83 para 0,87 quando se retira do índice este último indicador.

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Social –  $ID_2$

Descrição	1991	2000	Variação
$ID_2$ com DF	0,79	0,86	0,07
$ID_2$ sem DF	0,83	0,93	0,10
$ID_2$ homogêneo (com DF)	0,82	0,89	0,07
$ID_2$ homogêneo (sem DF)	0,87	0,96	0,08

Fonte: Elaboração dos autores

Analisando as condições sociais de Santa Catarina em 2000, verificam-se melhorias significativas em todas as formas de cálculo do IDS, tendo em vista que em nenhuma delas o índice cresceu menos que 0,07 ponto desde 1991. No entanto, deve-se recordar que o  $ID_2$  (com e sem o Distrito Federal) não permite uma análise em termos de trajetória no tempo devido à falta de homogeneidade do quesito relativo à presença de redes de esgoto entre os anos de 1991 e 2000. Contudo o  $ID_2$  homogêneo (com e sem o Distrito Federal) admite uma análise temporal. Esta revela uma evolução significativa nas condições sociais do estado, considerando-se que o primeiro índice passa de 0,82 para 0,89 e o segundo, de 0,87 para 0,96.

<sup>16</sup> Note-se que a não consideração do Distrito Federal e do quesito relativo ao número de domicílios com acesso ao saneamento básico faz o índice passar de 0,79 para 0,89.

Por outro lado, observa-se que o viés da renda teve no ano 2000 um efeito ainda mais significativo sobre os índices que refletem as condições sociais relativas de Santa Catarina do que em 1991. Em 2000, o efeito isolado dos indicadores sociais do Distrito Federal mostra grande magnitude, considerando-se que o  $ID_2$  que inclui o Distrito Federal e as *ligações de esgoto per capita* passa de 0,86 para 0,93 quando o respectivo dado para a capital do país é suprimido do índice. Da mesma forma, a deficiência na área de saneamento básico continuou exercendo um grande efeito sobre os índices que captam as condições sociais no estado naquele ano, haja vista que o  $ID_2$  sem o Distrito Federal e sem o número de domicílios com acesso à rede geral passa de 0,93 para 0,96 quando se retira do índice o indicador relacionado ao número de *ligações de esgoto per capita*.

### 3.3 Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) em Santa Catarina: 1991-2000

Com os valores obtidos para o índice de desenvolvimento econômico ( $ID_1$ ) e os diferentes valores encontrados para o índice de desenvolvimento social ( $ID_2$ ), e utilizando a equação 1, pode-se calcular o índice de desenvolvimento socioeconômico (*IDS*) de Santa Catarina para os anos de 1991 e 2000. Tendo em vista as opções analíticas e os condicionantes da abordagem, o procedimento implica calcular quatro modalidades de *IDS*. 1) *IDS* (com DF); 2) *IDS* (sem DF); 3) *IDS* homogêneo (com DF); 4) *IDS* homogêneo (sem DF).

A Tabela 12 apresenta os valores desses *IDS* para os anos de 1991 e 2000, bem como a variação correspondente observada no período. No ano de 1991 Santa Catarina apresentava boas condições socioeconômicas, comparativamente aos demais estados do país. Com a inclusão do Distrito Federal e do indicador relativo ao acesso a redes gerais de esgoto, o índice de Santa Catarina alcança 0,74; sem o Distrito Federal, o valor é ampliado para 0,79. Este comportamento está relacionado à influência da elevada renda *per capita* do Distrito Federal e as deficiências na área de saneamento básico em Santa Catarina. Especificamente neste último caso, notam-se importantes efeitos no índice, uma vez que o *IDS* (sem DF) é igual a 0,79 e o *IDS* homogêneo (sem DF) passa para 0,81.

O ano de 2000 permite observar melhorias significativas nos índices catarinenses. O IDS homogêneo (com DF) cresce de 0,76 para 0,82, uma evolução que avança de 0,81 para 0,91 quando se exclui o Distrito Federal. Outro aspecto importante é que o diferencial entre o IDS com e sem o Distrito Federal, de 0,05 em 1991, passa em 2000 para 0,09. Em grande parte, este comportamento está associado ao diferencial de renda, que se tornou ainda mais acentuado no último Censo Demográfico.

Tabela 12: IDS de Santa Catarina

Descrição	1991	2000	Variação
<i>IDS</i> com DF	0,74	0,80	0,06
<i>IDS</i> sem DF	0,79	0,89	0,10
<i>IDS</i> homogêneo (com DF)	0,76	0,82	0,06
<i>IDS</i> homogêneo (sem DF)	0,81	0,91	0,09

Fonte: Elaboração dos autores

No que concerne às condições de saneamento básico, a comparação das diferenças entre 1991 e 2000 não pode ser feita devido à falta de homogeneidade entre os indicadores, conforme mencionado anteriormente. No entanto, nota-se, tanto em 1991 como em 2000 a existência de uma diferença sensível entre o IDS e o IDS homogêneo (com e sem o Distrito Federal). Isso espelha os efeitos negativos da carência de Santa Catarina em termos da disponibilidade de redes gerais de esgoto sobre os índices que traduzem as condições socioeconômicas no estado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorrente da importância de um acompanhamento sistemático sobre a evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, o IDS calculado para o Estado de Santa Catarina cumpre uma importante função no sentido de indicar as tendências de comportamento das con-

dições socioeconômicas, como efeitos do próprio crescimento econômico e dos investimentos estruturais de longo prazo. Através da análise do IDS catarinense, Santa Catarina auferiu condições socioeconômicas agregadas relativas ao contexto nacional, que passaram de boas a excelentes ao longo da última década.

Além disso, a análise dos índices das categorias componentes do IDS propicia condições para que se considere que a reestruturação produtiva ocorrida em Santa Catarina ao longo da década de 1990 teve efeitos bastante positivos em termos das condições econômicas relativas do estado no contexto nacional, haja vista ter havido crescimento econômico e manutenção das condições privilegiadas de distribuição de renda no estado. Através dos indicadores considerados, nota-se que Santa Catarina manteve em 2000 excelentes condições relativas de saúde e boas condições de educação. Na área da educação o avanço constatado é significativo e inquestionável, haja vista a presença de uma das mais baixas taxas de analfabetismo do país e do grande progresso observado no que se refere à educação superior, direcionada a atender as demandas geradas pela expansão econômica no estado, por recursos humanos com melhor qualificação técnico-profissional.

Observou-se também que as condições de trabalho passaram de regulares a boas ao longo da última década. O fator positivo com maior peso nessa melhora observada foi a redução do nível de desemprego no mercado formal. No entanto, o peso da informalidade no mercado de trabalho catarinense ainda é bastante significativo, apesar de ter se reduzido levemente. Embora ainda pequena, em nossa análise, a redução relativa da informalidade no mercado de trabalho catarinense é vista como um reflexo positivo da maior qualificação dos agentes econômicos para atender às demandas impostas pela reestruturação produtiva da economia estadual na última década.

Nos quesitos relativos à categoria habitação, entretanto, há evidências de que problemas muito sérios permanecem sem o devido equacionamento. Este é o caso, sobretudo, das variáveis relacionadas ao saneamento básico, que se mantiveram praticamente inalteradas ao longo da década de 1990, conferindo ao Estado de Santa Catarina um dos piores índices nacionais nesta área. Este aspecto, de certa forma, in-



terferiu negativamente na conformação do IDS catarinense, fazendo com que a sua situação no estado não atingisse os patamares das unidades da federação melhor posicionadas, como o Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Em suma, a observação do IDS em Santa Catarina, da maneira como se procedeu neste estudo, não deixa margem para dúvidas. Investir pesadamente, entre outras coisas, em infra-estrutura – acima de tudo na área de saneamento básico – é uma gritante e urgente prioridade no estado. Como se sabe, isso é terreno para uma ação pública conseqüente e verdadeiramente comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população.

## **CONTRIBUTION TO THE STUDIES ON SOCIAL-ECONOMIC DEVELOPMENT IN SANTA CATARINA STATE BETWEEN 1991 AND 2000: AN ANALYSIS OF SELECTED INDICATORS**

### **Abstract**

In this article are presented the analysis of IDS (Social-Economical Development Index) for the State of Santa Catarina, calculated in relation to its Brazilian neighbor States, to the years 1991 and 2000. Thus, the calculated IDS to these years makes more clear the impacts of economic changes occurred in the State of Santa Catarina along the nineties, depicting strong and weak points on its social-economical conditions. Calculated from economical (yield and income distribution) and social (health, education, labor, dwelling) indicators, the IDS shows remarkable improvements on economic and social aspects considered in a whole. This was regarded here to a remarkable change in production structure, occurred in Santa Catarina along the nineties. Notwithstanding, although formal unemployment rate has reduced, the level of informality at the labor market has kept quite high. It was also found harsh deficiencies related to dwelling, due to the persisting lack of sewerage systems, which caused significant impact on IDS, disclosing new urging priorities to policy makers to the next years.

**Key words:** Production Structure; IDS; Santa Catarina

## REFERÊNCIAS

BORCHARD, Ilmar. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2003. 215 p.

CAMPOS, R. R. et al. Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002. p. 113-169.

HERING, M. L. R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987.

IBGE. **Contas regionais do Brasil 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002/contasregionais2002.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios: 1999-2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Contas Nacionais nº 14.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico, 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico, 1991**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>. Acesso em: 08 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico, 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>. Acesso em: 08 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico, 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. **Síntese dos Indicadores Sociais, 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **RAIS, 1991**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET/Acesso/RaisOnLine.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. **RAIS, 2000.** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET/Acesso/RaisOnLine.asp>>. Acesso em: 08 mai. 2005.

MONTIBELLER Fo., G. **IDSA: um método de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental.** **Textos Socioeconômicos.** n.º. 2. Departamento de Ciências Econômicas/UFSC. 1999.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis: UFSC, 2001. 306p.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH.** PNUD, 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em: 04 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2003: Entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados.** PNUD, 2005. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo\\_IDH.doc](http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc)>. Acesso em: 04 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** PNUD, 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 04 mai. 2005.

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2005 e aprovado em 03 de abril de 2006